



PERU / Manifestantes exigem que Dina Boluarte deixe o governo, no sexto dia de protestos após prisão de Pedro Castillo. Proposta de antecipar as eleições não contém ânimos. Milhares bloqueiam o aeroporto da segunda maior cidade do país

Pressão por renúncia

A proposta de Dina Boluarte de antecipar as eleições presidenciais no Peru não teve o efeito de acalmar a tensão que domina o país desde a deposição de Pedro Castillo. Ao contrário, os protestos aumentaram em várias cidades do norte e do sul, no sexto dia consecutivo de mobilização em repúdio ao Congresso e também para pedir a libertação do ex-presidente esquerdista, destituído e detido por ordem judicial após uma tentativa frustrada de golpe. Os manifestantes também exigem a renúncia de Boluarte, primeira mulher a ocupar a Casa de Pizarro.

"Interpretando a vontade da cidadania (...) decidi tomar a iniciativa para alcançar um acordo com o Congresso da República para antecipar as eleições gerais para o mês de abril de 2024", disse a presidente, em pronunciamento exibido na televisão no início da madrugada de ontem.

A proposta de reduzir seu mandato em dois anos foi anunciada após a morte de duas pessoas pela repressão policial nos protestos de domingo na cidade andina de Andahuaylas. Outros três óbitos foram registrados ontem.

Numa tentativa de barrar a onda de violência nas ruas, a ex-vice de Castillo também decretou estado de emergência "nas zonas de alto conflito social para recuperar pacificamente o controle da ordem interna", concentradas no sul do país. Horas depois, o governo afastou os 26 prefeitos regionais nomeados pelo governo Castillo, sob o argumento de que eles "incitam protestos".

Policiais da tropa de choque foram destacados para reforçar o patrulhamento no aeroporto de Andahuaylas. Em Arequipa, segunda maior cidade do Peru, duas mil pessoas bloquearam a pista do aeroporto, exigindo a saída de Boluarte. A pista foi bloqueada com pedras, paus e pneus, segundo constataram jornalistas da agência France Presse. A iluminação foi destruída, e o aeroporto, fechado. A polícia enfrentou a multidão com gás lacrimogêneo.

Estradas de acesso a várias cidades do país também permaneceram bloqueadas, ontem, incluindo Arequipa, Trujillo e Cuzco. Em Lima, a polícia dispersou com gás lacrimogêneo, na tarde de domingo, uma manifestação em apoio a Castillo nas proximidades do Congresso.

AFP



Cerca de 2 mil pessoas usaram pneus em chamas, pedras e madeira e ocuparam a pista do aeroporto internacional de Arequipa

AFP



Ato pela libertação do presidente deposto, na capital peruana

» Temor na ONU

O escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos declarou-se "profundamente preocupado com a possibilidade de escalada da violência," que deixou dois adolescentes mortos e dezenas de feridos em todo o país. "Dado o número de protestos, incluindo greves, planejados para essa semana, pedimos a todos os envolvidos que exerçam a moderação."

A capital do país sempre rejeitou o ex-presidente, um professor rural e líder sindical que não tinha contato com as elites peruanas, enquanto as regiões andinas expressam apoio ao esquerdista desde as eleições de 2021.

Greve

Sindicatos rurais e organizações representativas dos povos indígenas convocaram uma "greve por tempo indeterminado", a

AFP



Em pronunciamento, Boluarte decreta emergência no sul do país

partir de hoje, em apoio a Castillo, que vem de uma família de camponeses. Eles exigem a suspensão do Congresso, a realização de eleições antecipadas e uma nova Constituição, assim como a libertação imediata de Castillo, segundo um comunicado da Frente Agrária e Rural do Peru, que reúne cerca de uma dúzia de organizações.

A Frente Rural sustenta que Castillo "não praticou um golpe de Estado" na quarta-feira

passada, quando anunciou a suspensão do Legislativo e disse que governaria por decreto, o que levou a sua destituição e a posse de Boluarte. Castillo foi detido por sua própria equipe de segurança quando seguia para a Embaixada do México para pedir asilo político. O Ministério Público o acusa de rebelião e conspiração. Ele já era investigado por corrupção.

Ao mesmo tempo, cresce a polêmica sobre a versão de que o presidente deposto estava



Tem que haver uma negociação para que o Congresso faça as reformas políticas básicas necessárias para novas eleições"

Giovanna Peñaflor,
analista política

dopado ao ler a mensagem na qual anunciava sua tentativa fracassada de golpe. Em uma carta que teria escrito na prisão, Castillo afirma que um médico e enfermeiras "camuflados" e um promotor "sem rosto" (encapuzado) o "forçaram" a fazer exames de sangue na sexta-feira e no sábado, mas ele recusou por receio a respeito de sua segurança. O presidente do Instituto Médico Legal, Francisco Brizuela, afirmou que "a perícia (para saber se ele estava drogado) não pôde ser realizada".

Dominado pela direita, o Congresso aprovou, na madrugada de ontem, uma norma que permite acelerar um julgamento penal contra Castillo. O Ministério Público o acusa de rebelião e conspiração. Ele já era investigado por corrupção.

Reformas

As atenções se voltam, agora, para o encaminhamento que os parlamentares vão dar à proposta de antecipação das eleições apresentada por Boluarte. Para reduzir mandatos populares — como o presidencial e o legislativo — é necessária a análise em duas legislaturas consecutivas. Esse processo pode durar até um ano, conforme a lei peruana. Além disso, o adiantamento do pleito depende de uma reforma constitucional.

"Tem que haver uma negociação política para que o Congresso faça as reformas políticas básicas necessárias para novas eleições", disse a analista política Giovanna Peñaflor. A demanda por novas eleições está associada a uma rejeição esmagadora do Congresso. De acordo com as pesquisas de novembro, 86% dos peruanos desaprovam o Parlamento.

IRÃ

Regime enforca jovem em público

Iranianos assistiram, ontem, ao enforcamento de um segundo condenado por participação nos protestos que abalam o país desde setembro. Apesar da indignação internacional provocada pela aplicação da pena de morte, Majidreza Rahnavard, de 23 anos, foi executado em público, e não dentro da prisão, informou a Mizan Online, agência de notícias do Poder Judiciário do Irã. Ele foi sentenciado à morte por um tribunal da cidade de Mashhad, acusado pelo assassinato de dois membros das forças de segurança do regime.

Foi a primeira execução pública vinculada às manifestações que começaram após a morte, em 16 de setembro, da curdo-iraniana Mahsa Amini, 22. A jovem havia sido detida pela polícia da moralidade,

acusada de violar o rígido código de vestimenta do país.

A Mizan Online divulgou imagens da execução de Rahnavard, feitas, provavelmente, antes da madrugada. Elas mostram um homem com as mãos amarradas às costas e pendurado em uma corda presa a um guindaste.

"A execução pública de um jovem manifestante, 23 dias após sua detenção, é outro crime grave cometido pelos governantes da República Islâmica e uma escalada significativa no nível de violência contra os manifestantes", denunciou Mahmood Amiry-Moghadam, diretor da ONG Iran Human Rights (IHR), com sede na Noruega. "Majidreza Rahnavard foi condenado à morte com base em uma confissão

AFP



Celular mostra foto de Majidreza Rahnavard, acusado de assassinato

obtida sob coação, após um processo flagrantemente injusto", acrescentou.

Rahnavard foi morto cinco dias após a execução, também por enforcamento, de Mohsen Shekari, 23. O jovem foi condenado por, segundo a acusação, bloquear uma rua de Teerã

e ferir um paramilitar em 25 de setembro. Vários grupos de direitos humanos denunciaram o julgamento como uma "farsa".

Sanções

A reação internacional não demorou. Por meio de um porta-voz,

o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, considerou que a segunda execução ocorreu em circunstâncias "particularmente cruéis". "Essas sentenças duras são destinadas a intimidar o povo do Irã, a eliminar a dissidência, e apenas mostram o quanto os líderes iranianos temem seu próprio povo", declarou, por sua vez, o porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, Ned Price.

Ao mesmo tempo, a União Europeia anunciou novas sanções contra um alto dignitário religioso, 15 comandantes militares e autoridades da rádio e TV iraniana, proibindo a sua entrada no espaço europeu. "Temos como alvos os responsáveis pela repressão contínua aos manifestantes", declarou o chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell. Teerã se antecipou às medidas punitivas europeias impondo sanções contra funcionários do alto escalão britânicos e alemães.

Desde a sua fundação, em 1979, a República Islâmica registrou várias ondas de protestos,

mas a crise atual não tem precedentes, nem por sua duração, nem pelo fato de que ocorre em várias províncias, envolve diferentes grupos étnicos e classes sociais e inclui chamados diretos pelo fim do regime.

O Poder Judiciário iraniano anunciou 11 condenações à morte até o momento relacionadas aos protestos, que o governo chama de "distúrbios". Mas ativistas afirmam que outras 12 pessoas enfrentam acusações que podem resultar na pena capital.

"Sem o devido processo. Julgamentos fictícios. É assim que eles querem parar os protestos em todo país", enfatizou Omid Memarian, analista para o Irã na organização Democracy for the Arab World Now (DAWIN). O portal on-line 1500tasvir disse que a família foi informada sobre o enforcamento após sua execução. O portal publicou imagens de um último encontro com a mãe, que saiu sem saber que ele estava prestes a ser enforcado.